

Imprensa Nacional
Biblioteca Machado de Assis



B0015905



CÂMARA DOS DEPUTADOS

FERNANDO FERRARI
(Deputado Federal)

Nordeste de Lágrimas

*DISCURSO PROFERIDO DA TRIBUNA DA
CÂMARA NA SESSÃO DO DIA 13 DE
MAIO DE 1958.*

DE JANEIRO — 1958

F 328.32
F375n
ex. 2

F
330.81
F375



CÂMARA DOS DEPUTADOS

FERNANDO FERRARI

(Deputado Federal)

Nordeste de Lagrimas

*DISCURSO PROFERIDO DA TRIBUNA DA
CÂMARA NA SESSÃO DO DIA 15 DE
MAIO DE 1958.*

RIO DE JANEIRO — 1958

328.32
F375m
ex. 2

B0015905

pedaria de imigrantes, em Fortaleza, que recolhe — digo mal — que deixa de recolher os que chegam do interior e permanecem em Fortaleza, na busca de embarque para os portos do Sul; essa hospedaria, quando ali passei, apresentava de 5 a 10 óbitos infantis diários! Quer dizer que 5 a 10 crianças, entre 5 mil flagelados que ali estão, morrem diariamente, por falta de leite, de alimento ou de médico!

E as doenças que, ao lado da fome, dizem aquelas crianças, são as mais comuns, as mais fáceis de combater: diarreia, desintéria, colobaciloses e outras.

Investiguei ali alguns problemas sociais, fiz inquirições, ouvi pobres mulheres. Perguntei a duas ou três delas quantos filhos tinham. Respondeu-me uma: "Deputado, eu tinha 7; agora, estou com 3".

Disse-me outra, chorando: — "Deputado, esta criança que o senhor vê aqui, morrerá também, porque o leite não é suficiente e o médico não socorre".

Ao lado da Hospedaria, nos alçetões do edifício que se constrói apressadamente e que será a grande maternidade do Ceará — Fortaleza ainda não tem uma maternidade popular — encontramos também retirantes arranchados, crianças moribundas. E lá, estava o cacáver de um pobre garoto, em cima de um caixão de querosene! Velavam-no os pais, que não sei como ainda têm coragem de falar e de agir! E como são resignados esses homens e essas mulheres, que não se revoltam, Sr. Presidente!

Estranhei profundamente estivesse a Hospedaria Getúlio Vargas quase sem socorro de espécie alguma, com um médico apenas. Imediatamente providenciamos, com os demais bravos representantes nordestinos, e no dia seguinte mandaram para lá todos os médicos dos institutos que atuam em Fortaleza, a fim de atenderem aquelas pobres crianças, aqueles velhos, aquelas mulheres.

A partir das 5 horas da manhã daquele dia, crianças, velhos, mulheres, homens, todos, formavam uma fila enorme esperando a vez de serem atendidos.

O espetáculo não pode ser descrito, a gente quase não acredita, é preciso realmente ver.

Depois nos transportamos para o interior do Ceará, diretamente para Araras e, no dia seguinte, para o interior do Piauí. Ali, o retrato não é semelhante: levam humanas acotovelando-se nas estradas, estarrapadas, raminhas, e muitos homens — o que é raro ver — chorando de dor diante da desgraça que dizima os lares seus.

No acampamento de Araras, onde o DNOCs faz atualmente um grande açude, e nas proximidades de Juazeiro, no campo, por exemplo, contamos mais de 3 mil flagelados; homens e crianças, muitas crianças, particularmente menininhos de doze anos, quase todos analfabetos, que são convocados para trabalhar nas obras contra as secas. Estes recebem um auxílio até certo ponto razoável, se não houvesse certas peias da burocracia, de Cr\$ 20,00, por dia, o que ajuda um pouco o orçamento dos pobres chefes de família. Mas o salário médio dessa gente não vai além de 30, 35 ou, no máximo, 40 cruzeiros.

Sr. Presidente, o fato se repete no sertão do Ceará e do Piauí. Tive de deixar a Comissão para atender a compromisso urgente no Rio e ela se transportou, antecorrem, para a Paraíba e para o Ceará. Nomeamos um relator, que deverá apresentar a Câmara relatório final e concluir por iniciativas concretas.

O Sr. Ernesto Sabóia — V. Ex.^a, com seu talento e sua sensibilidade, está mostrando a esta Câmara o que vai pelo Nordeste. Lamento somente que com a Comissão que visitou o Polígono das Secas, não tivessem ido outros Deputados do Sul do País, com a autoridade de V. Ex.^a, porque dessa forma, em conjunto, poderiam ajudar-nos aqui na Câmara a pedir ao Governo providências no sentido de ser cumprido o Art. 198 da Constituição, relativo ao anparo e à prevenção contra as secas. Não estou atacando o atual Governo, porque ele enfrenta uma situação de fato. Minha palavra é mais uma advertência para que, no futuro, não vejamos o sofrimento do nordestino, que tão de perto tocou a sensibilidade de V. Ex.^a.

O SR. FERNANDO FERRARI — Agradeço o aparte de V. Ex.^a.

Pretendo dar à Câmara um depoimento insuspeito, sem paixão política

ca ou partidária. Tenciono, Senhor Deputado Ernesto Sabóia, na qualidade de representante do povo, com sentimento de fraternidade, trazer minha modesta contribuição para solução desse problema, que não é só de Vossas Excelências, mas de todo o Brasil. O resto do País não pode assistir, impassível, ao drama de dezessete milhões de patriotas praticamente ameaçados de morrer calcinados nos sem-fins do Nordeste. Lá estão crianças, mocinhas de dezessete e dezessete anos seminuas, apenas com trapos sobre o corpo a atestarem toda a miséria, toda a amplitude desse nosso problema social, a que não podem ficar indiferentes as populações dos demais Estados.

Não desejo criticar ninguém; ao contrário, sou obrigado a tecer elogios ao Presidente da República, que, na nossa história, pela primeira vez, para lá se transportou com todo o seu Ministério, a fim de sentir de perto a catástrofe e procurar socorrer as vítimas. Gostaria, isto sim, de afastar um pouco a política desta questão, e dar uma contribuição sincera, em nome dos Estados sulistas, a nossos irmãos nordestinos aos representantes daquela região nesta Casa, a fim de buscarmos uma solução à altura dos interesses do País. Não é possível assistirmos ao depauperamento, à morte, à extinção da gloriosa raça brasileira no Nordeste. Precisamos realizar algo, no sentido fraterno, solidário e patriótico, pela salvação daquela pobre gente.

Horrorizado com o drama do Nordeste, passei vários telegramas, via Western, à imprensa rio-grandense, sugerindo que ela inicie, no nosso Estado natal, à semelhança do que fez o Sr. Deputado Flores da Cunha, quando interventor ali, uma grande campanha de viveres. Mandaremos navios, pois os conseguiremos com o Presidente da República, ao Ceará ao Rio Grande do Norte, à Paraíba. Estou certo de que a generosidade dos rio-grandenses responderá a este apelo. Gostaríamos, porém, que a política saísse um pouco disto. Não é possível resolver-se um problema humano, sobretudo de crianças famintas do Nordeste, que não votam, que são analfabetas, que não têm culpa de coisa alguma, com política partidária. Se eu pudesse dizer alguma coisa aos representantes do Nordeste, se tivesse alguma autori-

dade para falar nesta Casa, gostaria de empregá-la toda neste apelo que faço, como rio-grandense e como brasileiro. Unam-se todos os representantes nordestinos no mesmo propósito, digam a esta Câmara e à Nação o que querem para resolver o problema, que não é só o do flagelo climático, mas também o dele decorrente, o social, e daremos a SS. Excias. o melhor dos nossos esforços. Não descansaremos enquanto não os auxiliarmos a atingir esse objetivo.

Não é possível que os recursos federais, que o interesse isolado de uns e de outros, que o esforço deste ou daquele representante patriota se perca nos sem-fins do Nordeste brasileiro. Quantas queixas ouvi, de pobres que foram roubados, de pobres marginais, de pobres famintos. Quantas queixas! Que os gêneros não chegam, que o leite distribuído pelo FISI é, vendido em algumas casas de Fortaleza e por alguns comerciantes do interior; que os fornecimentos do interior; que os fornecimentos das barracões do D.N.O.C.S., a despeito da honestidade do seu Diretor, são conseguidos mediante pistolão; que há muita dificuldade nesse e naquele setor e que muitas vezes os flagelados recebem gêneros de péssima qualidade por preço elevado, isto eu comprovei. Não estou dizendo a esta Câmara nada que não seja a verdade.

Quero passar por alto neste ponto, porque não tenho nenhum objetivo de criticar quem quer que seja. Desejo apenas auxiliar e dizer à Câmara que nem tudo está bem, que há muita coisa errada; que não é possível se permita o roubo de populações já tão amaldiçoadas, tão infelizes, tão desesperançadas do Nordeste.

Aqui, Sr. Presidente, eu poderia dar à Câmara uma amostra do feijão que recolhi num barracão de Juazeiro, que está abastecendo atualmente cerca de 5 mil flagelados. Poderei mostrar à Casa um feijão de péssima qualidade, totalmente carunchado, que não tem mais qualquer proteína, porque se esfarela ao simples contato da mão. Pois bem, eu vi esse feijão, depois, ser fervido nas panelas de barro dos barracões, digo mal, das chocas de palha de mato, onde se abrigam as populações desesperançadas. Esse feijão estava sendo vendido aos caboclos, que ganham 40 cruzeiros por dia,

a 20 cruzeiros. Arroz mofado, que no Paraná e no Rio Grande do Sul não se dá, talvez, nem aos animais, era vendido a Cr\$ 18,00 o litro. E Vossas Excias. sabem que um litro corresponde a menos de um quilo, mas é medida comumente usada no Nordeste. A farinha, Sr. Presidente, são pedaços inteiros de mandioca. O pobre caboclo enfrenta uma fila enorme para receber um vale. Dá o vale ao fornecedor e este lhe entrega, descontando alguma coisa, uma rapadura, um quilo dessa farinha, que é raspa de mandioca, esse feijão amaldiçoado que nem o diabo pode comer, e só. Volta o trabalhador para sua casa, a fim de alimentar a família.

Vi ali, também, crianças chorando. Interpelei cinco ou seis delas, de 12 anos, que me disseram estar há dois dias na fila sem comer, esperando ser atendidas.

O Sr. Esmerino Arruda — O feijão que V. Ex.^a está exibindo à Câmara não é da região nordestina porque ali não existe esse produto. Ele está sendo adquirido pela COFAP no Sul do País, ao preço de Cr\$ 800,00 a saca. Daí o preço elevado pedido pelos fornecedores que ainda não receberam o dinheiro e estão sendo sacrificados.

O SR. FERNANDO FERRARI — Posso assegurar a V. Exa. que, este feijão, o Rio Grande do Sul não exporta.

O Sr. Esmerino Arruda — Pode ser de qualquer Estado do Sul, mas não do Nordeste.

O SR. FERNANDO FERRARI — Sr. Presidente, quero trazer à Câmara o depoimento insuspeito — sem querer ferir ninguém — de uma autoridade, em carta aberta, sobre este problema. Devemos acabar com certa política, não a boa política, não esta política honesta e sã dos próprios representantes nordestinos que reclamam, que lutam, que procuram atender às suas populações, mas outra política, miserável, caolha, contrária aos interesses públicos de, antes de atender ao nordestino, perguntar-lhe, muitas vezes, a que partido pertence.

Aqui está o depoimento do Coronel Gonçalo de Paiva Cavalcanti. Distribuíam-se talões, em certo setor de obras do Nordeste, para registrar trabalhadores para determinadas tarefas.

Um engenheiro procurava recrutar o maior número possível de operários, quando um representante qualquer, que ali se achava, interveio e perguntou a um dos nordestinos: Qual é o seu Partido — O sertanejo — diz o Coronel — com a mesma altivez com que se apresentara ao engenheiro para trabalhar, respondeu ao intruso, sem pestanejar: Sou do Partido do diabo! Deu meia volta e retirou-se com dignidade, acompanhado da esposa e dos seus oito filhos! Não quero dizer, Sr. Presidente, que esse seja o retrato comum do Nordeste. Não faria essa injustiça. Mas muitas acusações ouvi ali, diretamente do povo, do nordestino, dos sofrendores, de homens e mulheres famintos chorando, contra certa política vesga, caolha, que procura atralhar os auxílios governamentais e dos próprios homens de bem deste Congresso.

O Sr. Neiva Moreira — Permite um aparte?

O SR. FERNANDO FERRARI — Com muito prazer.

O Sr. Neiva Moreira — Estamos todos, Deputados do Norte e do Nordeste, ouvindo com grande atenção o brilhante discurso de V. Exa., que traz contribuição nova ao exame do problema de nossa região, sobretudo pela autoridade política de que as palavras de V. Ex.^a se revestem.

O SR. FERNANDO FERRARI — Obrigado.

O Sr. Neiva Moreira — Todos temos aqui, insistentemente, chamado a atenção dos Poderes Públicos para os erros da sua política no Nordeste e, embora todos falemos sinceramente, acima dos partidos das divergências políticas, não conseguimos sensibilizar o Executivo para determinados aspectos da situação regional, que V. Ex.^a aborda. Quero chamar a atenção do nobre orador que nem tudo no Nordeste é só falta de feijão ou a necessidade de alimentação de emergência. Esses fatos, realmente, são o efeito dramático de uma política errada, ou da ausência de uma política. O Governo Federal não tem qualquer política no Nordeste. Para dizer a V. Ex.^a, como são critérios empíricos e errados, basta aludir à ausência total de um planejamento regional que poderia ter, inclusive, reduzido de muito a incidência do efeito das

sêcas. V. Ex.^a está elogiando o trabalho do DNOCS. Poderia chamar a atenção de V. Ex.^a para certos aspectos dos trabalhos dessa repartição e outros do Ministério da Viação que revelam a imprevidência com que o problema da seca foi tratado. Estradas de rodagem que penetram zonas de produções vitais não têm prosseguimento rápido, inclusive porque as verbas estão congeladas. V. Ex.^a sabe perfeitamente que, a esta altura, transportamos víveres do Sul do País para o Nordeste, enquanto o Maranhão, Estado altamente produtor, tem a sua produção desassistida e sem poder ser escoada das zonas produtoras porque não tem transporte. V. Ex.^a concordará, é um erro administrativo, de consequências das mais desagradáveis e onerosas para qualquer esquema de combate às sêcas.

Sr. Deputado, o Norte-Nordeste é uma zona altamente produtora, é uma zona que se industrializa rapidamente. Para dar a V. Ex.^a apenas um exemplo do trabalho que ali se realiza, bastaria dizer o seguinte: meu Estado, que há dois anos produzia um milhão de sacas de arroz, este ano produz quatro milhões, sem qualquer cooperação do Governo Federal, sem que nenhuma semente lhe fosse fornecida pelo Ministério da Agricultura. Sr. Deputado, nós não reclamamos feijão bom, nem feijão podre, mas exigimos, do Governo federal, em nome da unidade do nosso País, em nome do direito que temos, porque também participamos da Federação, que se estabeleça uma política, que se realize um planejamento, que se estabeleça um esquema de trabalho que supere as divergências políticas e não seja apenas esse show publicitário a que estamos constantemente assistindo no Rio de Janeiro e não tem a menor repercussão nas zonas sêcas. Nobre colega, se V. Ex.^a pudesse assistir aquilo que há poucos minutos denunciei à Câmara dos Deputados — nordestinos reunidos em caminhões paus-de-arara e despejados como marginais na beira do Parnaíba, para serem enviados ao Maranhão. — V. Ex.^a teria novos elementos para, com a autoridade da sua liderança política, de um partido que pertence à Maioria, dizer ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro da Viação e Obras Públicas, a todas as autoridades que participam dos planos de assistência ao Nordeste

que estamos num regime farisaico, de fitas, de encenações, sem que as providências tenham um conteúdo objetivo e um planejamento realmente dirigido para a solução dos problemas. Sr. Deputado, o apelo que V. Ex.^a faz, o discurso e as observações do nobre colega, em nome do Rio Grande do Sul e em nome da consciência nacional, esperamos possam apressar certos funcionários, para que eles se preocupem menos com manchetes de jornais, se preocupem menos com negociatas e comissões por compras do que com a sorte de 15 milhões de habitantes que estão pagando um alto tributo para pertencer à Federação brasileira.

O SR. FERNANDO FERRARI — Sou grato ao nobre Deputado pelo aparte. De fato, Sr. Presidente, nas margens do Parnaíba, na grande Cidade do Piauí, comprovei a procedência do que acaba de relatar S. Ex.^a: as migrações contra o valente e bravo Estado do nobre Deputado. Mas, Senhor Presidente, há outros efeitos sérios que um rápido discurso como este não me permite analisar. O que desejo dizer ao representante nordestino é que não pararei, pois não sou homem que pare no meio do caminho.

No que diz respeito ao auxílio que pretendemos dar às populações flageladas, na busca das soluções definitivas para este importante problema, caberia a análise de outros aspectos.

Mas, Sr. Presidente, o tempo urge. Poderia dizer à Câmara, por exemplo, que não existem apenas falhas no DNOCS, e no DNER. Refiro-me às queixas contra o DNER, pela maneira atabalhoada como se registram operários e como se planejam obras para o Nordeste. Poderia dizer a esta Câmara que o Banco do Nordeste, o grande Banco criado para se transformar na seiva propulsora do desenvolvimento da região, para ser o dique contra as sêcas, é hoje, por mais estranho que seja, um mero estabelecimento comercial, que não empresta ao pobre lavrador nordestino, que faz descontos comerciais como outro banco qualquer.

Não desejo fazer crítica a este ou aquele responsável pela situação atual. Não é este o meu objetivo. O meu intuito é mostrar à Câmara, reafirmando o testemunho dos representantes nordestinos, que há muita coisa podre, há muita coisa cheirando mal no Nordeste brasileiro. Este o

maior dos crimes que se poderia cometer, sobretudo por se tratar de delito contra irmãos analfabetos na sua grande parte, crianças, velhos, homens, mulheres, cansados, inteiramente desamparados. Não poderia haver maior crime do que este (*Muito bem*).

Bem compreendo a gravidade do problema sua amplitude e sua profundidade. De todas as partes chegam telegramas. Recebo agora um de Umbuzeiro, no interior do "Leão do Norte", Pernambuco, chamando a atenção da Câmara.

Mas, Sr. Presidente, preciso dizer mais? Acaso a Câmara ainda tem alguma dúvida quanto à amplitude da tragédia? Acaso alguém pode duvidar de que há brasileiros morrendo de fome, diariamente, nos sertões dos Estados nordestinos, que famílias estão sendo dizimadas? Ninguém mais duvida disto, Sr. Presidente.

O que é preciso — e aqui vai concluindo o meu discurso, esta modesta contribuição — é o Sr. Presidente da República, que se tem mostrado sensível à dor dos nordestinos, decretar, não direi politicamente, pois a Constituição não lho permite, mas social e administrativamente, um estado de emergência no Nordeste e mandar para ali um homem de sua absoluta confiança (*muito bem*) longe de certos partidarismos locais, que pudesse jurisdicionar, gerir toda essa política de combate às secas, que fosse uma espécie de delegado especial...

O Sr. Osvaldo Lima Filho — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. FERNANDO FERRARI — Com prazer.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — E' profundamente comovedor para nós, nordestinos, sentir o calor de solidariedade, a justiça que V. Ex.^a homem de uma das regiões mais afortunadas do sul do País, está fazendo, olhando com objetividade e patriotismo o drama da seca do Nordeste. A última providência que V. Ex.^a sugere, de estabelecimento de um estado de emergência é a designação pelo Presidente da República de uma autoridade imparcial, acima das contendas políticas, para dirigir ali os trabalhos administrativos da União, é da maior relevância, sobretudo partindo de Vossa Excelência que, além do valor de

sua cultura, do respeito que a opinião pública brasileira e esta Casa lhe devotam...

O SR. FERNANDO FERRARI — Obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — ... tem a autoridade de líder de uma das forças que compõem a Maioria e apóiam o Governo. Desejo salientar, para concluir este aparte — porque a Casa está ouvindo V. Ex.^a com muito prazer e não devo interromper por mais tempo o seu brilhante discurso.

O SR. FERNANDO FERRARI — Muito obrigado.

O Sr. Osvaldo Lima Filho — ... como adversário insistente nesta Casa do aumento de dotações para as Forças Militares — tendo sido ele acerbamente combatido e tido muitas vezes como inimigo das Forças Armadas, o que não sou — desejo apenas acrescentar às considerações de V. Ex.^a, que ninguém neste País está mais capacitado para a tarefa a que V. Ex.^a se refere de direção do planejamento das obras contra as secas, do que as autoridades militares da Região. Podemos conferir-lhes todos os males, mas elas sempre se têm mostrado acima das mesquinhas e das desgraças da vida partidária.

O SR. FERNANDO FERRARI — Sou muito grato a V. Ex.^a e confirmo o que V. Ex.^a disse. Aliás, entrando em contato com o General Inimá Siqueira, Comandante da Região Militar de Fortaleza, pois queria interessar S. Ex.^a no problema e saber se estava habilitado para distribuir gêneros do Rio Grande do Sul no Nordeste, encontrei de sua parte a maior boa vontade. Neste sentido estou providenciando a vinda de viveres alimentícios de meu Estado, como doação do Rio Grande do Sul aos nossos irmãos nordestinos. Posso ainda dizer a V. Ex.^a, nobre Deputado Osvaldo Lima Filho, que no acampamento de Juazeiro, no sul cearense, na zona do Cariri — e V. Ex.^a poderá corrigir-me, pois não sou muito versado na geografia do Ceará — encontrei um major do Exército, que havia dois dias quase não comera, contendo os flagelados que queriam invadir o campo de aviação e dele ouvi o seguinte: "Sr. Deputado, há dois dias pedi vacinas antitíficas. Esta gente não é vacinada, está aqui sem higie-

ne, amontoada como animais, e se não chegar a vacina vai haver aqui, — esta foi a expressão — uma *barbaridade*! As crianças serão contaminadas, o tifo grassará, e não sabemos o que ocorrerá".

Não há vacina, nem alimento, nem ordem, nem organização, nada no Nordeste, Sr. Presidente.

Eis por que entendo que o gesto mais patriótico, mais imediato, mais urgente que o honrado Presidente da República poderia praticar em benefício dos nossos irmãos famintos e infelizes seria a nomeação desse delegado, desse conselheiro especial, com plenos poderes para gerir, para jurisdicionar as providências de combate à seca.

O Sr. Adolfo Gentil — Permite V. Ex.^a. E' com enorme prazer que escuto o discurso de V. Ex.^a, e quero neste momento dar-lhe meus parabéns pela brilhante idéia de se designar um coordenador para pôr o Senhor Presidente da República a par dos acontecimentos.

O SR. FERNANDO FERRARI — Muito obrigado.

O Sr. Adolfo Gentil — Como Vossa Excelência se referiu ao Cariri, digo a V. Ex.^a que acabo de receber carta do Dr. Almir Pinto, do meu Estado, nos seguintes termos: "Adolfo; A situação é gravíssima. O flagelo assola todo o Estado. Zonas como a do Cariri" — a que V. Ex.^a aludiu — "prejudicadas pela falta de chuvas na zona H, perderam quase toda a safra. Tarcísio, por ordem do Comandante da Base, acaba de nos informar que passou no Campo de Juazeiro do Norte, já encontrando a cidade em pânico com 5 mil flagelados concentrados no Campo. E o mais grave — o gravíssimo, Adolfo — é que até agora não chegou um centavo sequer das verbas de emergência! As repartições federais — DNOCS, por exemplo, com uma frente de serviço enorme, está para desertar da luta, isto porque não dispõe de numerário para pagar aos fornecedores, os quais já estão desesperando à falta de recursos. Onde estão estas verbas liberadas que o Sr. Alkimim não providencia os depósitos no Banco do Brasil? A coisa

está para estourar e as consequências serão imprevisíveis". Como Vossa Excelência vê, a zona do Cariri é uma das mais assoladas.

O SR. FERNANDO FERRARI — Agradeço a V. Ex.^a pelo aparte. Ali no Juazeiro tive a pior das impressões da minha vida: Eu não sabia, Senhor Deputado, que o índice de mortalidade infantil naquela pobre, desgraçada cidade, uma espécie de cidade dos tempos bíblicos, pois que une a sua legenda o próprio nome sagrado do seu fundador, o Padre Cícero, eu não sabia, Sr. Presidente, era tão elevado, que as crianças brasileiras, os mais belos flores da Pátria do amanhã, morriam ali nas sarjetas, contaminadas pelos detritos, pois a cidade, de 40 mil habitantes, não tem esgotos nem água encanada.

O Sr. Adolfo Gentil — Uma verdadeira vergonha!

O SR. FERNANDO FERRARI — Este é o drama do Brasil: subdesenvolvido e paupérrimo.

Quando entrava em Juazeiro, Senhor Presidente, sabe V. Ex.^a quem me recebeu? O enterro de uma criança. Ali, quem leva a criança morta para o cemitério — um costume da terra — e outra criança. Um grupinho de crianças mal vestidas, seminuas, levava, num caixãozinho, para o cemitério, uma daquelas tantas crinchenhas que ali morrem a toda hora.

Eu não sei, Sr. Presidente, se me tornei um tanto prosaico em fazer esses relatos à Câmara, se o meu sentimentalismo me força a pintar com cores tão negras essa realidade, mas a minha ansia de legislar obriga-me a dizer isso, obriga-me a marcar com ferro esta realidade que atenta contra todas as elites políticas do Brasil, porque, se não tivermos capacidade para resolver esses problemas, e preferível que se feche esta Casa, que se pare o Brasil! O que não é possível é que irmãos nossos, humildes crianças, morram de fome no Brasil de Canaa, como dizem os poetas. (*Muito bem*). Que se pare um pouco o resto do Brasil que se cuide só do Nordeste, e já se terá feito muito. (*Muito bem; muito bem. Palmas. O orador é cumprimentado*).

DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL
RIO DE JANEIRO — BRASIL — 1958